



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 64/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. CONCESSÃO  
DE TÍTULO DE CIDADANIA ANAPOLINA. OBEDIÊNCIA  
AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. OBEDIÊNCIA  
À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.  
CONSTITUCIONALIDADE.

## **1 – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador Luzimar Silva que “concede o título de cidadão anapolino ao ilustríssimo senhor Alcides Ribeiro Filho e da outras providências”.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

A concessão de cidadania é prática corrente nos Municípios e geralmente tem por intuito prestigiar pessoas e entidades que, por sua atividade, tenham contribuído de algum modo para o desenvolvimento local ou para o bem-estar coletivo.

Não restam dúvidas, portanto, de que se trata de matéria de interesse local, inserindo-se na esfera de competência típica legislativa destes entes federativos (artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988). Passemos, então, à análise do que preceitua o ordenamento jurídico de Anápolis.

A Lei Orgânica da Cidade estabelece, em seu artigo 22, que cabe à Câmara dos Vereadores conceder título de cidadão honorário a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município, mediante Decreto Legislativo, aprovado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.



Por sua vez, o Regimento Interno desta Casa de Leis dispõe, na alínea "a" do parágrafo 1º do artigo 102, que constitui assunto de propositura de Decreto Legislativo a concessão de Título de Cidadão Honorário de Anápolis ou qualquer outra homenagem ou honraria.

Além disso, o nobre Vereador protocolou apenas 1 (uma) proposta de concessão de Título Honorífico de Cidadania na presente Sessão Legislativa. Sendo assim, foi observado o § 2º do artigo 95 do Regimento Interno, que preceitua que cada Edil somente poderá apresentar, em cada ano, 2 (duas) proposições dessa espécie.

### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação do Projeto de Decreto Legislativo aqui discutido.

É o parecer.

Anápolis,

de

10 de abril

de 2022.

Vereador(a) Relator(a)

IBRG/PARECER 128/6-5-2022

Encaminhe-se à comissão da  
Educ. Cult. Ciência e Tecnologia  
em 10.05.22  
Presidente